

Entre a tradição e a lama – O retorno do tempo de festas do Encontro de Cultura Indígena dos Botocudos de Linhares ES e o repactuação do rompimento de Mariana

Daniel Luiz Arrebola.

Resumo

Este trabalho, desdobramento de pesquisa de pós doutorado junto ao departamento de arqueologia e antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais, investiga sobre a retomada das atividades culturais tradicionais do povo Botocudo da Aldeia Areal, em Linhares ES, através do Encontro de Culturas Indígenas que se vê constantemente ameaçado pela morte do Rio Doce e os processos excludentes de repactuação junto aos povos indígenas capixabas. Nesta pesquisa, analisa-se a importância do tempo das festas para os indígenas locais e suas confluências com outros povos dos territórios vizinhos. A pesquisa é desenvolvida a partir da atuação em campo junto a Assessoria Técnica dos Atingidos, bem como, análises bibliográficas. O objetivo da pesquisa é evidenciar como os tempos de festas são importantes na manutenção das relações inter povos na região, bem como, as formas como a perda do Rio Doce impactam a realização deste importante evento. O resultado esperado da pesquisa é apresentar outros elementos culturais que possam auxiliar no processo indenizatório dos povos e comunidades tradicionais atingidos por este e outros grandes projetos de mineração.

Palavras chave: Botocudos; mineração; retomadas; festas.

INTRODUÇÃO

O rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, operada pela Samarco/Vale/BHP Billiton, lançou aproximadamente 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração ao longo da bacia do rio Doce, percorrendo 663 quilômetros até alcançar o Oceano Atlântico na foz do rio Doce, no distrito de Regência, município de Linhares, Espírito Santo. O rompimento não apenas provocou mortes, desalojamentos e a contaminação generalizada de ecossistemas aquáticos e terrestres, mas também atingiu em cheio as bases materiais e simbólicas de reprodução dos povos e comunidades tradicionais que ali habitam há gerações. Dentre esses grupos, encontra-se o povo Borum (Botocudo) da Aldeia Areal, cujo território tradicional na planície costeira do rio Doce foi profundamente impactado pela contaminação das águas superficiais e subterrâneas,

pela mortandade dos peixes e pela inviabilização das práticas agrícolas de subsistência, particularmente o cultivo do cacau na cabruca e a produção de farinha de mandioca.

A Aldeia Areal está localizada na margem direita da foz do Rio Doce, a aproximadamente dez quilômetros da vila de Regência. Seus moradores descendem dos irmãos Talma José Barcelos e Manoel Nobre Pinto Barcelos, que requereram as porções de terra denominadas Sítio Santa Maria e Sítio Areal junto ao Estado do Espírito Santo ainda nas décadas de 1930 e 1960 (Nimuendaju, 1946; Von Wied, 1942; Villagran, 2014; Costa, 2020). A comunidade se autoidentifica como indígena Botocudo (Borum) com ramificação Tupinikim e desde 2018 tramita um processo de reconhecimento e demarcação territorial na Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Este processo de etnogênese, como veremos, é contemporâneo e está intrinsecamente articulado tanto à luta por direitos territoriais quanto à reconstrução das práticas culturais tradicionais interrompidas pelo avanço do capitalismo sobre seus territórios, desde o desmatamento das florestas nativas no início do século XX, passando pela implementação dos canais de drenagem nas décadas de 1960-70, até a chegada da exploração petrolífera da Petrobrás nos anos 1970 e, mais recentemente, o rompimento da Barragem de Mariana (Haesbaert, 2004; Marinato, 2007).

O presente trabalho se debruça sobre um fenômeno particularmente significativo nesse contexto de devastação e luta: a retomada das atividades culturais tradicionais expressa na realização anual do Encontro de Cultura Ancestral de Areal, promovido pela comunidade entre 2016 e 2019, com quatro edições consecutivas. Este evento, que reúne não apenas os moradores da Aldeia Areal, mas também indígenas Krenak de Minas Gerais, Tupinikim e Guarani de Aracruz, Pataxós da Bahia, além de quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos e camponeses de toda a bacia do Rio Doce, configura-se como um dispositivo central de reterritorialização simbólica e de afirmação política em um momento em que o território material se encontra profundamente degradado. O Encontro, interrompido após 2019 pela pandemia da COVID-19, representa o que podemos denominar, inspirados em Porto-Gonçalves (2006), como uma "R-existência" territorial: mais do que reagir à destruição imposta pelos grandes projetos desenvolvimentistas e pelo rompimento, a comunidade se reconstrói enquanto sujeito coletivo, evocando sua ancestralidade e recriando seus laços de parentesco e aliança com outros povos da região.

A importância do "tempo das festas" para os povos indígenas e comunidades tradicionais tem sido amplamente documentada pela antropologia brasileira, desde os

clássicos estudos até as análises mais contemporâneas sobre as dinâmicas de etnogênese e os movimentos de "retomada" indígena no Nordeste e no Sudeste do Brasil. No caso específico dos Botocudos do Espírito Santo, fontes já registravam a centralidade da dança e do canto nas celebrações de fartura e sucesso nas caçadas, como documentado por Ehrenreich (2014, [1887]) em suas expedições no início do século XX: os rituais noturnos em volta da fogueira, com cantos improvisados que celebravam a abundância de alimento, demonstram que a associação entre festa, alimentação e território é constitutiva da sociabilidade Borum. O Encontro de Cultura Ancestral de Areal retoma essa tradição, atualizando-a para o contexto do desastre: as danças, as oficinas de pintura corporal com urucum e jenipapo, a modelagem e queima de cerâmica, a confecção de esteiras de taboa, o preparo coletivo de alimentos e as rodas de partilha de saberes tradicionais são práticas que simultaneamente evocam o passado e produzem futuro.

No entanto, a realização do Encontro de Cultura Ancestral se vê constantemente ameaçada pela "morte do rio Doce" – expressão utilizada pelos próprios indígenas Krenak, que denominam o rio de Watu, "nosso avô", um ente sagrado e familiar, e não um recurso natural. A contaminação por metais pesados (arsênio, chumbo, cádmio, mercúrio, manganês, cobre, zinco) nas águas superficiais e subterrâneas, nos sedimentos das lagoas e na biota aquática, amplamente documentada pelos relatórios do Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática (PMBA) executado pela Rede Rio Doce, inviabilizou a pesca, a agricultura de várzea e o consumo direto da água, elementos que antes não apenas sustentavam materialmente a comunidade, mas também alimentavam as festas e os rituais de comensalidade. O beiju de goma na palha de banana, a moqueca de peixe fresco, a farinha de mandioca produzida coletivamente – todos esses alimentos, centrais nas celebrações tradicionais, tornaram-se progressivamente inacessíveis, substituídos por mercadorias compradas nos supermercados do município de Linhares, cuja origem e qualidade são desconhecidas pelos moradores.

Este processo de desterritorialização material, expresso na perda da soberania alimentar e hídrica, tem como contrapartida um esforço igualmente significativo de reterritorialização simbólica e política, no qual o Encontro de Cultura Ancestral ocupa lugar central. A festa, nesse contexto, não é mero entretenimento ou nostalgia; ela é um ato de afirmação da existência indígena diante das narrativas hegemônicas que decretaram o extermínio dos Botocudos já no início do século XX. Como demonstram as pesquisas de Ferreira (2017, 2019) e do Observatório dos Conflitos no Campo (OCCA, 2017), a invisibilidade forçada dos povos originários do norte do Espírito Santo,

classificados genericamente como "caboclos" ou dados como extintos, foi uma estratégia colonial de apagamento que se prolongou nas políticas desenvolvimentistas do século XX. Ao realizar o Encontro, a Aldeia Areal não apenas se apresenta publicamente enquanto indígena, mas também estabelece alianças com outros povos e comunidades atingidas, construindo uma rede de solidariedade que tensiona os processos de reparação conduzidos pela Fundação Renova.

A Fundação, criada em 2016 como resultado do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) firmado entre as mineradoras Samarco, Vale, BHP Billiton, a União e os governos de Minas Gerais e Espírito Santo, tem sido alvo de severas críticas por parte dos atingidos e de pesquisadores. O Programa de Indenização Mediada (PIM), popularmente conhecido como "Cartão da Samarco", embora tenha garantido uma fonte de renda para parte significativa das famílias da comunidade (cerca de 70% dos moradores), também gerou processos de acomodação e dependência, além de conflitos internos entre aqueles que foram contemplados e os que não foram. Mais grave, a lógica da indenização financeira tende a reduzir o dano à sua dimensão econômica, invisibilizando as perdas imateriais, simbólicas e cosmológicas que o desastre provocou. Como afirma Ailton Krenak, "não tem casa, não tem dinheiro ou qualquer coisa que pague o que fizeram com o rio, o que fizeram com nossa gente. Se fosse para escolher qualquer coisa nesse mundo, a gente queria o rio de volta" (Agência Pública, 2017).

É nesse contexto de disputa entre diferentes regimes de valoração do dano – o econômico-indenizatório proposto pelo TTAC e o cosmológico-simbólico reivindicado pelos povos atingidos – que se insere o presente trabalho. O objetivo é evidenciar como os "tempos de festas" são centrais na manutenção das relações interpovos na região da foz do Rio Doce, particularmente no que tange à articulação política dos atingidos em busca de reparação integral, e como a perda do rio impacta a realização deste importante evento. A partir de uma etnografia do Encontro de Cultura Ancestral de Areal, complementada por entrevistas com lideranças da comunidade e análise dos documentos relativos ao processo de repactuação, busco apresentar outros elementos culturais que possam auxiliar na qualificação dos processos indenizatórios para os povos e comunidades tradicionais atingidos por este e outros grandes projetos de mineração. A tese que orienta a análise é a de que a festa, enquanto prática de retomada cultural, constitui um dispositivo de denúncia da incompletude da reparação oferecida pelas mineradoras e uma plataforma para a construção de outras formas de futuro possíveis.

Metodologicamente, este trabalho é desdobramento de pesquisa de pós-doutorado junto ao Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais, desenvolvida por meio da atuação em campo junto à Assessoria Técnica Independente dos Atingidos (ATI) que acompanha as comunidades da bacia do Rio Doce nos seis territórios do Espírito Santo, via empresa Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual - ADAI. Foram realizadas visitas à Aldeia Areal nos anos de 2023, e 2024, com observação participante das reedições do Encontro de Cultura Ancestral (especialmente as V e VI edições), entrevistas com lideranças comunitárias, incluindo o vice-presidente da Aldeia, Carlos Gil Monteiro da Silva, e análise documental dos processos na Funai, na Defensoria Pública e no Ministério Público Federal. Os arquivos do Observatório dos Conflitos no Campo (OCCA), particularmente o Estudo Territorial da Comunidade de Areal e Santa Maria (2017), a dissertação de mestrado de Vargas (2021) e os artigos arqueológicos sobre a presença Borum nos sambaquis do norte do Espírito Santo também constituem fontes fundamentais para a contextualização histórica e territorial do povo na região.

O Rompimento e seus impactos

O rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em 5 de novembro de 2015, no município de Mariana, região central de Minas Gerais, constitui o maior desastre socioambiental da história do Brasil e um dos maiores do mundo envolvendo a indústria da mineração. A barragem, pertencente ao complexo minerário de Germano e operada pela Samarco Mineração S/A – controlada em partes iguais pela Vale S/A (Brasil) e pela BHP Billiton (Anglo-Australiana) – rompeu-se após sucessivos episódios de sobrecarga estrutural, trincas no corpo da barragem, falhas no sistema de drenagem e monitoramento realizado com aparelhos ausentes, defeituosos ou inoperantes, conforme apuraram as investigações conduzidas pelo Ministério do Trabalho e pela Polícia Civil. A estrutura, que operava desde os anos 1980 sob o regime de alteamento a montante – técnica reconhecidamente menos segura e progressivamente banida em diversos países – não resistiu às pressões hidráulicas e geotécnicas, liberando rejeitos de mineração sobre os cursos d'água da região. Este volume equivale a aproximadamente 25 mil piscinas olímpicas de lama tóxica, composta por minério de ferro combinado com altas concentrações de metais pesados.

A onda de rejeitos, descrita pelos sobreviventes como uma lama marrom que subia pelas encostas devastando tudo o que encontrava pela frente, percorreu inicialmente o

curso do ribeirão Gualaxo do Norte, pequeno tributário do Rio Carmo, arrasando por completo os distritos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira, ainda no município de Mariana. Nestas localidades, predominantemente rurais e compostas por pequenas comunidades de agricultores familiares e trabalhadores terceirizados da própria Samarco, o impacto foi letal: dezenove pessoas morreram soterradas pela lama, centenas ficaram desalojadas e todo o patrimônio material e imaterial construído ao longo de gerações foi varrido do mapa. Bento Rodrigues, que possuía cerca de 600 habitantes, tornou-se uma cicatriz aberta na paisagem: casas, igrejas, escola, pontes, lavouras, pastagens, currais, o cemitério e o posto de saúde foram soterrados sob metros de rejeitos. Até os dias atuais, passados mais de dez anos do desastre, estas comunidades não foram reconstruídas nos locais de origem e seus moradores permanecem em casas alugadas ou em reassentamentos provisórios, administrados pela Fundação Renova, em um processo que movimentos sociais classificam como violação continuada de direitos humanos fundamentais.

A partir da confluência do ribeirão Gualaxo do Norte com o Rio Carmo, a pluma de rejeitos avançou em direção ao curso principal do Rio Doce, atingindo o município de Barra Longa (MG) poucos dias após o rompimento. Em Barra Longa, o impacto foi igualmente devastador: a lama invadiu o perímetro urbano, destruiu estruturas, soterrou margens e contaminou o sistema de abastecimento de água da cidade, deixando a população sem acesso a água potável por semanas. A fauna aquática foi imediatamente dizimada: peixes, crustáceos, moluscos e microorganismos morreram em massa, boiando na superfície do rio ou depositando-se em suas margens em decomposição. A mortandade não se restringiu aos animais aquáticos; aves, mamíferos e répteis que dependiam do rio e de suas matas ciliares para alimentação, reprodução e abrigo também foram severamente impactados, seja por intoxicação direta, seja pela destruição de seus habitats. Estima-se que cerca de 14 toneladas de peixes mortos foram recolhidas ao longo do rio Doce nos primeiros meses após o desastre, número que certamente subdimensiona a real magnitude da mortandade, uma vez que a maior parte dos cadáveres foi arrastada pela correnteza ou consumida por outros animais, sem possibilidade de contabilização precisa pelos órgãos ambientais.

O Rio Doce, cuja nascente localiza-se na serra da Mantiqueira e do Espinhaço em Minas Gerais, percorre 879 quilômetros até sua foz no Oceano Atlântico, no distrito de Regência, município de Linhares, Espírito Santo, e constitui a quinta maior bacia hidrográfica do Brasil em extensão, com área de drenagem de aproximadamente 83.400

km², dos quais 86% pertencem ao estado de Minas Gerais e 14% ao Espírito Santo. A pluma de rejeitos, transportada pela correnteza do rio, levou cerca de 16 dias para percorrer esta extensão, chegando à foz entre os dias 21 e 22 de novembro de 2015, em um espetáculo de destruição que foi amplamente registrado pela mídia nacional e internacional.

As imagens da desembocadura do rio Doce – antes um encontro marcante entre as águas barrentas do rio e o azul do Oceano Atlântico – transformaram-se em um painel monocromático marrom-alaranjado, contrastando dramaticamente com a vegetação de restinga da Reserva Biológica de Comboios e com as areias das praias da região. A lama não parou na foz: adentrou o mar, espalhando-se por quilômetros ao norte e ao sul, atingindo áreas de extrema sensibilidade ecológica como a Área de Proteção Ambiental Costa das Algas e o Parque Nacional Marinho de Abrolhos, este último um dos mais importantes recifes de corais do Atlântico Sul e berçário de diversas espécies ameaçadas de extinção, incluindo a tartaruga-de-couro (*Dermochelys coriacea*) e a baleia-jubarte (*Megaptera novaeangliae*).

A chegada da pluma de rejeitos em Regência e na Aldeia Areal foi antecipada por uma expectativa angustiada por parte dos moradores, que acompanhavam pelas redes sociais e pelos noticiários a aproximação da "lama da Samarco". Os pescadores artesanais, em uma ação desesperada e coordenada com o Projeto Tamar e pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo, tentaram mitigar os danos transferindo milhares de peixes das espécies mais ameaçadas do rio Doce para a Lagoa Parda, a maior lagoa próxima à foz, na esperança de preservar ao menos parte da biodiversidade aquática local. No entanto, a força da correnteza e o volume de rejeitos logo superaram qualquer tentativa de contenção. Nos dias seguintes, a coloração das águas do rio Doce, das lagoas Boa Vista e Areal, e até mesmo da água captada pelos poços artesianos das residências da comunidade, alterou-se drasticamente, adquirindo um tom amarronzado e um odor metálico e nauseabundo que os moradores jamais haviam experimentado. A água, antes descrita como "clarinha", tornou-se imprópria para consumo, preparo de alimentos, higiene pessoal e irrigação das plantações, causando um colapso imediato nas condições básicas de reprodução da vida na comunidade.

A contaminação das águas do Rio Doce e das lagoas adjacentes por metais pesados teve consequências duradouras e, em muitos aspectos, irreversíveis sobre os ecossistemas aquáticos e sobre a saúde das populações humanas que deles dependem. Os relatórios do Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática (PMBA), executado pela Rede

Rio Doce Mar (RRDM) entre 2018 e 2020, antes da rescisão unilateral do contrato pela Fundação Renova, documentaram concentrações de metais na água, no sedimento e na biota aquática significativamente superior aos valores de referência pré-rompimento e aos limites estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 357/05 para a proteção da vida aquática e do consumo humano indireto. Especificamente nas lagoas Boa Vista e Areal, que tiveram intrusão dos rejeitos durante as cheias do Rio Doce em janeiro de 2016, os níveis de ferro (Fe), manganês (Mn), alumínio (Al), arsênio (As), cromo (Cr), níquel (Ni), chumbo (Pb) e cobre (Cu) no sedimento foram classificados pelos pesquisadores como regiões críticas de acumulação de metais, com potencial para bioacumulação na cadeia alimentar ao longo de décadas.

Os efeitos toxicológicos dessa contaminação sobre os organismos aquáticos foram igualmente alarmantes. Os estudos da RRDM (2019a, 2019b) detectaram aumento na incidência de danos em macromoléculas, danos no DNA e elevação no conteúdo de metalotioneínas (proteínas envolvidas na detoxificação de metais) nos tecidos de peixes coletados nas estações amostrais próximas à foz do Rio Doce e nas lagoas Boa Vista e Areal. Além disso, foi observada uma alta incidência de alterações morfológicas irreversíveis nas brânquias e no fígado desses peixes, incluindo processos de necrose tecidual, indicadores inequívocos de efeitos crônicos associados à exposição prolongada a concentrações elevadas de metais.

Para a Aldeia Areal, cujos moradores sempre tiveram no peixe fresco a principal fonte de proteína animal e um elemento central de sua identidade alimentar e festiva, esses dados técnicos confirmaram o que a experiência sensível já revelava: o peixe do Rio Doce e das lagoas não era mais seguro para o consumo, e a pesca, atividade que antes garantia a subsistência, estava definitivamente interdita, por força da lei e por medo legítimo da contaminação.

A pesca, atividade que desde os tempos antigos integrava o cotidiano da comunidade e fornecia o peixe para a moqueca, o prato emblemático das festas e do dia a dia, foi oficialmente proibida por Ação Civil Pública do MPF em fevereiro de 2016, que determinou a interdição no Rio Doce e no mar, na faixa entre a Barra do Riacho (Aracruz) e Degredo (Linhares), por tempo indeterminado, em virtude dos riscos à saúde dos consumidores e da necessidade de proteger as espécies fragilizadas pela contaminação.

Para os pescadores artesanais de Regência e para os moradores de Areal, que complementavam sua alimentação e sua renda com a pesca, a interdição significou não apenas a perda de uma fonte de proteína saudável, de baixo custo e culturalmente

valorizada, mas também a ruptura de um saber-fazer tradicional que era transmitido oralmente de pais para filhos, envolvendo o conhecimento dos ciclos de reprodução dos peixes, das fases da lua, dos ventos, das marés e das técnicas de pesca com anzol, espinhel, rede e flecha. Esse saber, que integrava o patrimônio imaterial do povo Borum, encontrou-se, de repente, sem seu objeto e sem seu sentido prático imediato, gerando um profundo sentimento de perda identitária e de desorientação existencial entre os mais velhos, que viram sua vida de trabalho e conhecimento se tornar repentinamente obsoleta.

As consequências do desastre sobre a agricultura de subsistência e sobre os cultivos comerciais da Aldeia Areal foram igualmente devastadoras. A área denominada "barro" pelos moradores, correspondente à Cabruca – sistema agroflorestal de cultivo de cacau sombreado na mata ciliar do Rio Doce, herança das antigas fazendas cacaeiras da região e também território tradicional de uso comum da comunidade – foi diretamente atingida pelas cheias que transportavam os rejeitos contaminados. Os moradores relataram que os pés de cacau, que antes produziam anualmente quantidades significativas de amêndoas comercializadas em Linhares e em Regência, foi esterilizada, com queda drástica na produção e morte de muitas plantas. Além do cacau, as roças de mandioca, cana-de-açúcar, feijão, abóbora, melancia, maxixe, batata-doce e as árvores frutíferas (manga, goiaba, acerola, abacate, banana, caju) que antes pontuavam o quintal das casas e as áreas de várzea também foram comprometidas, seja pela contaminação direta do solo e da água de irrigação, seja pela impossibilidade de acessar as áreas de plantio devido às restrições impostas pela contaminação e pela perda de motivação para trabalhar a terra em condições de incerteza sobre a salubridade dos produtos.

As políticas de reparação implementadas pela Fundação Renova, embora tenham garantido o fornecimento de água mineral às famílias da comunidade (cerca de 80 litros semanais por família) e o pagamento de indenizações a aproximadamente 70% dos moradores por meio do PIM, mostraram-se insuficientes para restaurar as condições de soberania alimentar e reprodução do modo de vida tradicional da Aldeia Areal. O "Cartão da Samarco" permitiu que parte das famílias construísse novas casas de alvenaria, adquirisse eletrodomésticos e garantisse o acesso a alimentos básicos comprados nos supermercados – arroz, feijão, macarrão, óleo, sal, açúcar, café, leite, carne de frango congelada e, eventualmente, peixe congelado de origem desconhecida. No entanto, essa monetarização das relações de subsistência gerou efeitos perversos, como a desmobilização dos cultivos e da pesca, o aumento do consumo de alimentos

ultraprocessados e a progressiva perda dos conhecimentos tradicionais associados à produção de farinha de mandioca, ao cultivo do cacau na Cabruca e à pesca artesanal.

O paradoxo é cruel: ao mesmo tempo em que o PIM garantiu um alívio financeiro imediato e permitiu a sobrevivência material da comunidade nos anos imediatamente posteriores, ele também contribuiu para aprofundar o processo de desterritorialização iniciado muito antes, com os canais de drenagem do DNOS, a chegada da Petrobrás e a expropriação das terras tradicionais pelos fazendeiros. A transformação dos moradores de produtores de alimentos em consumidores de mercadorias industrializadas, a perda da capacidade de ler o território por meio de suas plantas, animais, ciclos e encantamentos, e a substituição da comida preparada com ingredientes locais pela cesta básica padronizada e homogênea dos supermercados são faces do mesmo fenômeno: a vitória, ainda que provisória e contestada, do capital sobre os modos de vida tradicionais.

A interrupção das atividades de monitoramento ambiental pela Fundação Renova, que rescindiu unilateralmente em setembro de 2020 o Acordo de Cooperação Técnico-Científica com a RRDM, apenas 15 dias após a publicação da Nota Técnica nº 15 da Câmara Técnica de Biodiversidade reconhecendo a qualidade e a credibilidade dos resultados obtidos pela RRDM e sua importância para a tomada de decisão dos órgãos competentes, evidencia o conflito de interesses que permeia o processo de reparação. Ao invés de fortalecer a pesquisa independente e transparente sobre os impactos do desastre, a Fundação Renova – controlada pelas próprias empresas causadoras do dano – optou por silenciar as vozes críticas da academia, interrompendo estudos que mostravam a permanência de altas concentrações de metais no sedimento e na biota quatro anos após a chegada da pluma de rejeitos. A decisão judicial que determinou a manutenção do acordo por mais 120 dias, em outubro de 2020, foi uma vitória temporária da ciência e das comunidades atingidas sobre os interesses corporativos, mas o cenário de incerteza e de desmonte institucional permanece, com a RRDM tendo seus recursos drasticamente reduzidos e a continuidade do monitoramento de longo prazo da bacia do rio Doce colocada em risco.

Para a Aldeia Areal, que aguardava os resultados do PMBA como subsídio técnico para suas reivindicações indenizatórias e para a delimitação de seu território tradicional na Funai, a rescisão do contrato representou mais um golpe na luta por justiça e reparação integral. Sem dados atualizados e independentes sobre a qualidade da água, do sedimento e dos alimentos produzidos no território, a comunidade vê-se fragilizada em suas negociações com a Fundação Renova e com o poder público, tendo que confiar em laudos

contratados pelas próprias mineradoras ou recorrer a pesquisas acadêmicas datadas e pontuais.

A "economia da reparação", também denominado de "indústria do desastre", cria assim um círculo vicioso de dependência técnica e financeira dos atingidos em relação aos próprios causadores do dano, subvertendo o princípio fundamental do direito ambiental internacional de que "poluidor-pagador" deve reparar os danos de forma efetiva, integral e independente, sem transferir às vítimas o ônus da prova e da negociação.

É nesse contexto de disputas assimétricas, de fragilização material e simbólica, e de luta por reconhecimento e justiça, que a realização do Encontro de Cultura Ancestral de Areal adquire seu significado mais profundo: não como mera celebração saudosista de um passado idealizado, mas como ato político de afirmação da existência Borum e de construção de alianças interétnicas capazes de tensionar os poderes instalados e exigir outras formas de reparação, que incluam a reconstrução dos laços cosmológicos, alimentares e festivos com o território.

O Encontro de Cultura Ancestral de Areal e os impactos do desastre

O Encontro de Cultura Ancestral de Areal teve sua primeira edição realizada em 2016, exatamente um ano após o rompimento da barragem de Fundão, em um contexto de luto, indignação e reorganização política da comunidade frente à devastação provocada pelos rejeitos de mineração. A iniciativa partiu dos próprios moradores da Aldeia Areal, em parceria com coletivos da sociedade civil como o Regenera Rio Doce e a Aliança Rio Doce, que atuavam na articulação dos atingidos e na denúncia dos impactos socioambientais do desastre. A escolha do nome "Encontro de Cultura Ancestral" não foi aleatória: ela expressa a intencionalidade política de resgatar, fortalecer e visibilizar as práticas culturais que a comunidade vinha reconstruindo desde o início de seu processo de autoatribuição identitária como povo Botocudo. O encontro foi concebido, desde sua gênese, como um espaço de partilha de saberes tradicionais, de intercâmbio entre diferentes etnias e comunidades tradicionais, e de afirmação da resistência indígena diante do projeto hegemônico de desenvolvimento que historicamente expropriou os povos originários de seus territórios no vale do Rio Doce.

As edições seguintes, realizadas entre 2017 e 2019, consolidaram o Encontro como um evento de abrangência regional e, progressivamente, nacional, atraindo não

apenas as comunidades da foz do rio Doce, mas também indígenas Krenak da Terra Indígena Krenak em Resplendor (MG), Tupinikim e Guaraní das Terras Indígenas de Aracruz (ES), Pataxós do sul da Bahia, além de quilombolas de Degredo (Linhares-ES) e Córrego do Meio (MG), pescadores artesanais de Regência, Povoação e Barra do Riacho, ribeirinhos, camponeses, marisqueiras, movimentos sociais como o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), MAM (Movimento Nacional pela Soberania Popular Frente à Mineração), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores). Essa diversidade de participantes reflete a própria composição multiétnica e pluricultural da região da foz do Rio Doce, que desde o período colonial é um espaço de encontros e fricção entre povos indígenas, africanos e europeus, e que, no contexto do desastre, viu-se unificada pela condição compartilhada de "atingida" pela mineração. O Encontro, portanto, atuou como um dispositivo de produção de alianças políticas transcomunitárias, articulando demandas que, embora específicas de cada povo e território, convergiam na crítica ao modelo de desenvolvimento extrativista e na exigência de reparação integral e participativa.

A programação do Encontro de Cultura Ancestral de Areal foi construída para valorizar os saberes tradicionais associados ao território e à alimentação, ao mesmo tempo em que oferece espaços de formação política e de troca de experiências sobre os impactos do desastre e as estratégias de enfrentamento. Dentre as atividades realizadas ao longo das quatro edições, destacaram-se as oficinas de pintura corporal com urucum e jenipapo, a modelagem e queima de cerâmica, retomando a tradição de produção de panelas e potes de barro cujos vestígios arqueológicos foram encontrados pelos moradores em áreas próximas à Lagoa Boa Vista, e a confecção de balaio e esteiras de taboa, fibra vegetal extraída das lagoas do território tradicionalmente ocupado. Essas oficinas não eram meramente lúdicas ou decorativas; elas constituíam atos de reapropriação de tecnologias ancestrais que haviam sido abandonadas ou descontinuadas em decorrência dos processos de expropriação territorial e de perda de tradições de forma forçada ao longo do século XX.

Outro eixo central do Encontro era o das práticas de saúde e bem-estar, com oficinas de medicinais da terra e de destilação de óleos essenciais, que mobilizavam o conhecimento tradicional sobre as plantas medicinais da Mata Atlântica e da restinga. Esse saber, detido principalmente pelas mulheres mais velhas da comunidade, como Dona Ilda, Dona Gleuza, Dona Darci, Dona Marcelina e Dona Ivone, que as lideranças da Aldeia Areal elencam como "guardiãs da memória", vinha sendo ameaçado pela perda de

acesso aos territórios de coleta, pela contaminação do solo e das águas por metais pesados e agrotóxicos, e pelo avanço do monocultivo de eucalipto, que substituiu a floresta nativa por um deserto verde de baixíssima biodiversidade. As oficinas de medicinais, portanto, funcionavam como um espaço de transmissão intergeracional desse saber ameaçado, permitindo que as jovens gerações aprendessem com as anciãs os nomes, usos e modos de preparo das plantas que seus antepassados utilizavam para curar febre, dor de barriga, inflamações, coceiras, picadas de cobra e outros males, em um contexto em que o acesso aos postos de saúde é precário e a confiança nos medicamentos alopáticos é limitada.

O Encontro também reservava espaços significativos para a alimentação, com o preparo coletivo de alimentos tradicionais que evocavam a fartura de outros tempos, quando o Rio Doce ainda era vivo e as lagoas forneciam peixe em abundância. A moqueca de peixe, o beiju de goma na palha de banana, a farinha de mandioca torrada na hora, o mingau de puba, o cuscuz de tapioca, o café com beiju e a pamonha eram preparados em mutirão pelas mulheres da comunidade e partilhados com os convidados em mesas coletivas, sob a sombra das árvores. Esse ato de comer junto, partilhar o mesmo alimento e sentar-se juntos, para os participantes, é um ritual de pertencimento e de afirmação da identidade Botocudo, mas também um gesto político de resistência à lógica individualista e mercantilizada do capitalismo, que transforma o alimento em mercadoria e o ato de comer em consumo solitário e acelerado. A comensalidade no Encontro, portanto, era uma performance da soberania alimentar possível, mesmo que circunscrita ao tempo-espaço da festa e um ensaio do futuro desejado, em que a Aldeia Areal pudesse novamente produzir a maior parte do que consome.

No entanto, a realização do Encontro de Cultura Ancestral enfrentou desafios relacionados a degradação do Rio Doce e das lagoas pelos rejeitos de mineração, e pela interdição da pesca e da agricultura de várzea que se seguiu ao desastre. O peixe fresco, elemento central da moqueca e da alimentação festiva, tornou-se um bem escasso e potencialmente perigoso. Os moradores relataram que, nas primeiras edições do Encontro, eles ainda tentaram pescar na Lagoa do Areal e no Rio Preto, mas o sabor metálico do peixe e a desconfiança generalizada sobre sua segurança levaram a comunidade a abandonar a prática e a substituir o peixe local por peixe congelado comprado nos supermercados. Essa substituição, embora pragmática, carrega um profundo significado simbólico: o peixe que alimenta a festa não é mais o peixe que a festa celebra, aquele que era capturado nos tempos de fartura, que integrava o complexo alimentar litorâneo da mandioca e do peixe descrito por Josué de Castro (1984, [1946])e

Câmara Cascudo (2016, [1967]), e que estabelecia uma continuidade entre o território, o trabalho, o saber e o prazer. Agora, o peixe congelado vem de fora, é embalado em isopor, etiquetado com códigos de barras, transportado em caminhões refrigerados e descongelado às pressas para a moqueca, em um ato que revela a profunda desterritorialização da alimentação.

Além da substituição dos ingredientes, a própria possibilidade de realizar o Encontro com a regularidade e a intensidade desejadas foi ameaçada pela desmobilização comunitária e pelos impactos psicossociais do rompimento sobre os moradores. O aumento dos casos de depressão, alcoolismo, violência doméstica e conflitos internos na comunidade, documentados pelos estudos do OCCA (2017), foi atribuído por lideranças e moradores à perda de sentido existencial provocada pela morte do rio. Como afirmou Dona Ilda, uma das anciãs da comunidade já falecida, em entrevista concedida ao jornal *Século Diário*: "A qualquer momento a Petrobrás pode acabar com a gente" (2020). A frase, proferida originalmente em outro contexto, aplica-se igualmente à Samarco: a lama não matou apenas os peixes e as plantas, matou também a esperança, a alegria, a disposição para o trabalho coletivo e o desejo de festejar. O Encontro de Cultura Ancestral, nessas circunstâncias adversas, tornou-se um esforço hercúleo da liderança comunitária – particularmente de Carlos Gil da Silva, vice-presidente da Aldeia, e de outros moradores engajados – para manter viva a chama da resistência cultural, mesmo quando o solo sob seus pés estava envenenado e a água que brotava dos poços tinha gosto de metal e cheiro de enxofre.

A interrupção do Encontro após a pandemia da COVID-19, em 2020, agravou ainda mais esse quadro de fragilização cultural. Por dois anos, a comunidade ficou impossibilitada de se reunir, de dançar, de cantar, de partilhar a comida e de exercer a hospitalidade que sempre foi uma marca de sua identidade. As crianças, que participavam das oficinas de pintura corporal, de cerâmica e de percussão de tambores, perderam o contato com os saberes tradicionais que eram transmitidos durante o Encontro. Os jovens, que atuavam como monitores e facilitadores das atividades, viram-se sem um espaço de protagonismo e de afirmação de sua identidade indígena, o que, em um contexto de forte discriminação étnico-racial e de pressão para a invisibilização, pode ter contribuído para o recrudescimento do racismo internalizado e da negação da própria origem. As lideranças comunitárias, que coordenavam a articulação com os parceiros institucionais e com as outras comunidades indígenas, viram sua rede de alianças temporariamente

enfraquecida e a agenda de reivindicações – incluindo o processo de demarcação territorial na Funai – paralisada ou desacelerada.

Outro impacto significativo do desastre sobre a cultura Borum e sobre a realização do Encontro diz respeito à dimensão cosmológica e aos encantados que habitam o território. Dona Ilda, relatou em entrevista ao OCCA (2017), em 2015, que os "Caboclinhos D'água" – seres negros e pequenos que boiavam na superfície da Lagoa do Areal, batendo palmas e brincando entre si – haviam desaparecido depois que a Petrobrás começou a soltar bombas na lagoa para prospecção sísmica na década de 1980. "Depois que a Petrobrás começou a entrar aí soltando bomba, eu acho que eles ficaram com medo, ou matou os bichinho ou eles saíram pra algum canto, né? Porque nunca mais ninguém viu, nunca mais apareceu". A contaminação da lagoa pelos rejeitos da Samarco em 2016, que tornou a água turva, malcheirosa e imprópria para o banho e para a pesca, provavelmente agravou ainda mais o afastamento dos encantados, pois sua existência está intrinsecamente ligada à pureza das águas e à vitalidade da floresta. O Encontro de Cultura Ancestral, ao incluir rodas de diálogo sobre espiritualidade, rituais e relatos sobre os encantados, buscava justamente reavivar essa dimensão do território, tão importante para a cosmologia Borum e tão ameaçada pelos sucessivos ciclos de exploração capitalista.

A perda dos encantados e o enfraquecimento da relação ritual com o território têm consequências profundas para a identidade Borum. Como argumenta Viveiros de Castro (2004), a diferença entre humanos e não-humanos, nas cosmologias indígenas não é uma diferença de natureza, mas de ponto de vista: os animais, as plantas e os espíritos veem a si mesmos como humanos e veem os humanos como não-humanos, dependendo da posição que ocupam na cadeia ontológica. Os "Caboclinhos D'água", nessa perspectiva, são pessoas, com sua própria agência, seus desejos e suas capacidades de afetar e serem afetados pelos humanos. Sua retirada, provocada pela poluição e pela violência sísmica, não é apenas uma perda simbólica; é uma perda ontológica, uma diminuição do mundo, um empobrecimento da experiência de humanidade dos Borum. O Encontro de Cultura Ancestral, ao buscar recontar as histórias dos encantados, ao ensinar as crianças a respeitar os seres da água e da floresta e ao denunciar os impactos do desenvolvimento sobre esse mundo invisível, realiza um trabalho de reparação cosmológica que ultrapassa em muito o escopo dos programas indenizatórios da Fundação Renova.

A retomada do Encontro após o período mais agudo da pandemia, dependeu não apenas da superação das dificuldades sanitárias e econômicas, mas também da capacidade

da comunidade de recompor suas bases materiais e simbólicas de reprodução. A Aldeia Areal aguarda, desde 2018, a visita técnica da Funai para dar continuidade ao processo de demarcação de seu território tradicional, que inclui não apenas a pequena área onde estão as moradias atuais, mas também as lagoas e a Cabruca, onde se realizavam as atividades de pesca, caça, coleta e cultivo. Sem o reconhecimento oficial desse território, a comunidade fica sujeita às pressões dos fazendeiros, das empresas de petróleo e da especulação imobiliária e tem dificuldades para acessar políticas públicas específicas para povos indígenas nas áreas de saúde, educação e assistência social. O Encontro de Cultura Ancestral, nesse contexto, é também uma ferramenta de visibilidade política e de pressão institucional: ao reunir dezenas de lideranças indígenas e comunitárias em seu território, a Aldeia Areal demonstra sua capacidade de articulação e sua legitimidade enquanto povo originário, exigindo do Estado brasileiro o cumprimento da Constituição Federal e da Convenção 169 da OIT, que garantem aos povos indígenas o direito à autodeterminação, à consulta prévia e ao território tradicionalmente ocupado.

É importante destacar que o Encontro de Cultura Ancestral de Areal se insere em um movimento mais amplo de retomada cultural e política dos povos indígenas do leste do Brasil, que por séculos foram dados como extintos ou assimilados pelas narrativas coloniais e pós-coloniais. Os Krenak, que tiveram seu território reduzido a uma pequena área em Resplendor (MG) e lutam pela ampliação da Terra Indígena Sete Salões; os Tupinikim, que após décadas de luta retomaram suas terras em Aracruz (ES) e hoje contam com três Terras Indígenas demarcadas; os Pataxó, que resistem no extremo sul da Bahia contra o avanço do turismo imobiliário e do monocultivo de eucalipto; e os Borum da Aldeia Areal, que ainda aguardam seu reconhecimento formal pela Funai, compartilham uma história comum de expropriação, violência e invisibilização, mas também uma disposição comum de resistência, de reconstrução de suas culturas e de afirmação de suas identidades.

O Encontro é, nesse sentido, um espaço de aproximação entre essas trajetórias, de troca de experiências e de fortalecimento mútuo, que permite a cada povo aprender com as estratégias de luta dos outros e construir uma frente unificada contra o modelo extrativista que os ameaça. As danças, os cantos, as pinturas corporais, as comidas, as rezas, as benzeduras e as partilhas de saberes que ocorrem durante o Encontro não são, portanto, mero folclore ou performance para consumo externo; são atos de produção de comunidade, de transmissão de conhecimentos e de recriação do mundo Borum em um contexto de devastação. É exatamente por isso que o retorno do Encontro é tão crucial,

não apenas para a Aldeia Areal, mas para todos os povos e comunidades tradicionais da bacia do rio Doce que veem na festa um modo de resistir à morte do rio e de anunciar, ainda que precariamente, a possibilidade de um outro futuro.

A retomada da tradição

A retomada do Encontro de Cultura Ancestral de Areal, após o hiato forçado pela pandemia da COVID-19, começou a ser articulada pelas lideranças comunitárias a partir do segundo semestre de 2022, quando as condições sanitárias e logísticas permitiram vislumbrar a possibilidade de uma quinta edição. O processo de retomada, no entanto, não foi automático nem isento de dificuldades: a comunidade havia perdido parte de sua dinâmica organizativa durante os dois anos de isolamento, alguns parceiros institucionais haviam se desmobilizado ou redirecionado seus recursos para outras frentes de atuação, e as lideranças mais idosas, que carregavam a memória e o saber fazer das práticas tradicionais, encontravam-se fragilizadas pelo avanço da idade e pelos impactos psicossociais acumulados ao longo dos anos de luta do rompimento e da pandemia. Dona Ilda faleceu em 2020, deixando um vazio na transmissão dos conhecimentos sobre as plantas medicinais, os rituais de cura e as histórias dos encantados. Sua morte, somada à de outras guardiãs da memória Borum, impôs à comunidade a urgência de encontrar novas formas de manter viva a tradição, contando com as gerações intermediárias e com o protagonismo dos jovens, que haviam sido formados como monitores e facilitadores nas edições anteriores do Encontro.

A quinta edição do encontro, realizada em novembro de 2022, após intensos esforços de mobilização, contou com a participação de cerca de trezentas pessoas, incluindo lideranças Krenak, Tupinikim, Guarani, Pataxó e representantes de comunidades quilombolas, pescadoras e camponesas de toda a bacia do rio Doce. A programação, inspirada nas edições anteriores, mas também renovada pela incorporação de novas demandas e aprendizados, incluiu rodas de conversa sobre os cinco anos do desastre da Samarco, oficinas de agroecologia e recuperação de solos contaminados, atividades de formação política para jovens indígenas e momentos de espiritualidade compartilhada entre as diferentes tradições religiosas presentes – catolicismo, religiões de matriz africana, rituais Guarani e Krenak. A presença de crianças e adolescentes foi especialmente significativa: eles participaram ativamente das oficinas de pintura corporal, confecção de instrumentos musicais com materiais naturais e contação de histórias Borum, que pela primeira vez foram registradas em vídeo e áudio para posterior difusão

nas escolas da região e nas redes sociais da comunidade. A retomada, portanto, não foi uma mera repetição do que já havia sido feito, mas uma reinvenção criativa da tradição, adaptada às circunstâncias do presente e às necessidades das novas gerações (Diegues, 2008).

Um dos aspectos mais significativos da retomada do encontro foi a ênfase na reparação simbólica e na reconstrução da relação com o Rio Doce, que os Borum também consideram um ente sagrado e um parente. Durante a quinta edição, foi realizado um ritual às margens do Rio Preto, próximo à Lagoa Boa Vista, no qual as lideranças Borum, Krenak e Tupinikim entoaram cantos de cura e agradecimento, ofertaram pingos de mel e fumo de rolo às águas, e pediram perdão pelos danos causados pelos humanos ao Watu. Para os Borum, esse gesto de aproximação do rio, mesmo que simbólico e pontual, representou uma ruptura com o afastamento forçado imposto pela contaminação dos rejeitos, uma reconquista do direito de se relacionar com o território segundo suas próprias cosmologias, independentemente dos laudos técnicos e das interdições legais. "A gente não pode beber a água do rio, não pode pescar, não pode nadar", palestrou Carlos Gil, vice-presidente da Aldeia, em fala realizada durante o Encontro. "Mas a gente pode cantar para ele, pode chorar por ele, pode pedir que ele se cure. Isso ninguém pode proibir, isso é nossa tradição, é nossa lei."

A retomada do Encontro também serviu para o fortalecimento da articulação política dos atingidos e para a denúncia das falhas e insuficiências do processo de reparação conduzido pela Fundação Renova. Durante a quinta edição, foi realizada uma assembleia local dos atingidos da bacia do Rio Doce, que contou com a presença de representantes do MPF, da Defensoria Pública da União e das ATI. Na ocasião, foram apresentados relatórios críticos sobre a morosidade e a seletividade do PIM, que ainda exclui centenas de famílias que comprovadamente tiveram suas atividades produtivas e seu modo de vida impactados pelos rejeitos de mineração, incluindo algumas famílias da própria Aldeia Areal. As lideranças Borum denunciaram publicamente que, embora cerca de 70% dos moradores da comunidade recebam o auxílio financeiro mensal, os valores são insuficientes para cobrir as perdas materiais e imateriais sofridas e o processo de cadastramento e avaliação dos danos é arbitrário, desrespeitoso e desconsidera as especificidades culturais dos povos indígenas e das comunidades tradicionais. "Eles querem que a gente prove com nota fiscal, com recibo, com contrato de trabalho, que a gente perdeu o peixe, que a gente perdeu o cacau, que a gente perdeu a água", desabafou uma moradora durante a assembleia. "Mas como é que a gente prova o que não tem preço?

Como é que a gente prova que o rio era nosso parente? Isso não tem nota fiscal, isso não se compra, isso não se indeniza."

A retomada do Encontro também foi marcada por um esforço deliberado de documentação e sistematização dos saberes tradicionais Borum, como forma de garantir sua transmissão às futuras gerações e de fortalecer a argumentação técnica e jurídica nos processos de demarcação territorial e de reparação dos danos. Com o apoio de pesquisadores do OCCA e da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), foram realizadas oficinas de cartografia social participativa, nas quais os moradores mais velhos desenharam mapas do território tradicionalmente ocupado, indicando a localização das lagoas, das roças de mandioca, dos quitungos, das áreas de caça, das moradias temporárias e dos locais de ocorrência dos encantados. Esses mapas, que contrastam dramaticamente com a cartografia oficial do município de Linhares – que nomeia as lagoas Boa Vista e Areal como "Areão" e "Piabanha", respectivamente, apagando a toponímia indígena e a história de ocupação Borum –, foram digitalizados, georreferenciados e anexados ao processo de demarcação territorial que tramita na Funai (n.º 08759.000488/2018-51), servindo como prova documental da ocupação tradicional e da relação ancestral dos Borum com aquele território. O Encontro, nesse sentido, tornou-se não apenas um espaço de celebração e resistência, mas também um laboratório de produção de conhecimento contra-hegemônico, que desafia as narrativas oficiais e os protocolos burocráticos do Estado.

Outro aspecto central da retomada do Encontro foi a tentativa de reconstruir os circuitos de troca que a contaminação dos rejeitos havia interrompido, ainda que de forma parcial e adaptada às circunstâncias. A farinha de mandioca utilizada no beiju e na farinhada não era mais produzida localmente, pois os quitungos estão desativados e as roças de mandioca foram abandonadas ou contaminadas; a comunidade passou a adquirir a farinha de agricultores familiares de outras regiões, estabelecendo novas redes de solidariedade e de comércio justo que conectam a Aldeia Areal a outros territórios camponeses e indígenas do Espírito Santo e de Minas Gerais, principalmente, o Assentamento Sezínio, também localizado em Linhares. Essas adaptações, embora reveladoras da profundidade da desterritorialização provocada pelo desastre, também demonstram a criatividade e a capacidade de agência da comunidade, que não se resigna a perder completamente suas práticas culturais, mas as recria, as reinventa, as adapta, mantendo viva a tradição mesmo quando os elos originais entre território, trabalho e alimento foram rompidos.

A retomada do Encontro também teve um papel crucial na recomposição do tecido comunitário e na superação dos conflitos internos que o processo indenizatório da Fundação Renova havia exacerbado. O "Cartão da Samarco" gerou uma verdadeira "indústria da indenização", na qual vizinhos e parentes se desentenderam por causa da elegibilidade ao auxílio e acusações recíprocas de oportunismo, falsidade ideológica e apropriação indébita circularam no interior da comunidade, corroendo a confiança e a solidariedade. O Encontro, ao reunir todos os moradores em torno de objetivos, funcionou como um dispositivo de reconciliação e de reconstrução dos laços sociais fragilizados pelo trauma do desastre e pelas disputas em torno da reparação financeira. As atividades coletivas, como o preparo comunitário das refeições, as rodas de conversa e oficinas, exigiram cooperação, paciência e respeito às diferenças, valores que a própria tradição Borum cultiva e que o capitalismo individualista tende a corroer. Nesse sentido, a retomada do Encontro foi, também, uma retomada da própria comunidade enquanto sujeito coletivo, capaz de se autogovernar, de resolver seus conflitos e de projetar um futuro comum.

Em 2023, por ocasião da sexta edição, a Funai finalmente enviou uma equipe técnica à Aldeia Areal para realizar a visita de reconhecimento que havia sido cancelada em março de 2020, devido à pandemia. A visita, que contou com a presença de lideranças indígenas Krenak, Tupinikim, Guaraní e Pataxó, em um gesto de solidariedade e fortalecimento mútuo, representou um marco no processo de demarcação territorial: os técnicos da Funai puderam percorrer o território tradicionalmente ocupado, entrevistar os moradores mais velhos, registrar os vestígios arqueológicos e constatar in loco a relação ancestral e contínua dos Borum com aquele território, mesmo após séculos de expropriação, violência e invisibilização.

A realização da quinta edição do Encontro de Cultura Ancestral de Areal, em 2022, e da sexta edição, em 2023, consolidou a retomada dessas tradições, ainda que precário e dependente de apoios institucionais e de parcerias com a sociedade civil. A cada nova edição, a comunidade foi aprimorando sua capacidade organizativa, ampliando sua rede de contatos e parceiros e fortalecendo sua presença nas redes sociais e na mídia, o que contribuiu para visibilizar sua luta e para pressionar o poder público a avançar no reconhecimento de seus direitos.

A retomada do Encontro, portanto, não foi apenas a retomada de uma festa; foi a retomada da história, da memória, da identidade e da luta Borum, em um processo que conecta o tempo profundo da ancestralidade ao tempo presente da resistência e que projeta

um futuro em que a Aldeia Areal seja finalmente reconhecida como território indígena, com todos os direitos que daí decorrem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do processo de retomada do Encontro de Cultura Ancestral de Areal, à luz do histórico de expropriação territorial e impacto do desastre da Samarco sobre o povo Borum, permite-nos afirmar que a festa, para esta comunidade, não é um epifenômeno cultural secundário ou uma manifestação folclórica descolada das materialidades da vida, mas sim um dispositivo central de reprodução social, afirmação identitária e luta política. Ao longo deste trabalho, procuro demonstrar como o encontro, constituiu-se como um espaço de partilha de saberes, de transmissão intergeracional de conhecimentos tradicionais, de fortalecimento de alianças interétnicas e de denúncia das violações de direitos decorrentes do rompimento. Em um contexto de contaminação generalizada das águas, interdição da pesca, perda das roças de cacau e mandioca, e substituição da alimentação tradicional por mercadorias industrializadas, o encontro emerge como uma prática de reterritorialização simbólica, que permite à comunidade manter vínculos com seu território mesmo quando o acesso material a ele está severamente restringido. A festa, assim, não nega a tragédia nem a minimiza; pelo contrário, ela a enfrenta, elabora-a e a transcende, abrindo possibilidades de futuro que não se reduzem à lógica indenizatória.

O estudo do caso Borum evidencia os limites estruturais do modelo de reparação de desastres socioambientais adotado no Brasil, centrado em programas de indenização financeira individualizada e em projetos de recuperação ambiental de baixa efetividade, quando confrontado com povos e comunidades tradicionais cujas cosmologias, modos de vida e sistemas de conhecimento estão intrinsecamente vinculados a territórios específicos e a relações de reciprocidade com os seres não-humanos que os habitam. A Fundação Renova revelou-se incapaz de compreender, e menos ainda de reparar, as perdas imateriais sofridas pela Aldeia Areal: a perda da relação de parentesco com o Rio Doce, a perda da confiança na salubridade dos peixes e das plantas, a perda da segurança ontológica proporcionada pela presença dos encantados nas lagoas, a perda da alegria e da disposição para o trabalho coletivo que a contaminação das águas provocou. Essas perdas não são passíveis de mensuração monetária, nem de compensação por transferência de renda, por mais generosa que esta seja. Elas exigem outras formas de reparação, que incluam o reconhecimento da autonomia dos povos atingidos para definir

suas próprias estratégias de reconstrução, o apoio à recuperação agroecológica dos territórios contaminados, a garantia do direito à consulta prévia, livre e informada sobre quaisquer novos empreendimentos que possam afetar suas terras e águas, e a implementação de políticas públicas diferenciadas nas áreas de saúde, educação e assistência social, que respeitem as especificidades culturais e os saberes tradicionais.

A retomada do Encontro de Cultura Ancestral após a pandemia demonstra a resiliência e a capacidade de agência da comunidade, que não se resignou a aceitar passivamente a destruição de seu modo de vida, mas buscou reinventá-lo, adaptá-lo e recriá-lo em circunstâncias adversas. A decisão de substituir o peixe, a farinha de mandioca produzida nos quitungos pela farinha adquirida de agricultores familiares de outros territórios, e os instrumentos tradicionais por versões adaptadas com materiais disponíveis, não representa, um empobrecimento ou uma descaracterização da tradição Borum, mas sim sua vitalidade e sua abertura à mudança. Diegues (2008) aponta que as tradições não são essências imutáveis, cristalizadas no passado, mas sim processos dinâmicos de seleção, reinterpretação e reinvenção do passado à luz das necessidades e possibilidades do presente. O que a Aldeia Areal nos ensina é que a tradição, para continuar sendo tradição, precisa ser capaz de se adaptar, de se transformar, de incorporar novos elementos e de descartar outros, sem com isso perder sua coerência interna nem seu poder de mobilização identitária e política. O Encontro, nesse sentido, é um espaço de produção de tradição, não apenas de sua reprodução mecânica.

As implicações deste estudo para a compreensão mais ampla dos processos de reparação de desastres socioambientais em contextos de diversidade cultural são significativas. Em primeiro lugar, ele aponta para a necessidade de se reconhecer que os danos causados por empreendimentos industriais a povos indígenas e comunidades tradicionais não se restringem à dimensão material (perda de renda, destruição de infraestrutura, contaminação de recursos naturais), mas se estendem à dimensão simbólica, cosmológica e relacional, que é frequentemente invisibilizada pelos protocolos técnicos e jurídicos convencionais. Em segundo lugar, ele sugere que os processos de reparação devem ser concebidos e implementados com a participação efetiva dos atingidos, não apenas como consultados ou beneficiários, mas como coprotagonistas na definição das estratégias de reconstrução de seus modos de vida e de seus territórios. Em terceiro lugar, ele indica a importância de se valorizar e apoiar as iniciativas autônomas das comunidades, como o Encontro de Cultura Ancestral, que operam como dispositivos de fortalecimento identitário, de reconstrução de laços sociais e de produção de

conhecimento contra-hegemônico, em contraponto à lógica mercantil e tecnocrática que tem dominado a gestão do desastre pelas mineradoras e pelo Estado.

A luta da Aldeia Areal pelo reconhecimento de sua identidade indígena junto à Funai, iniciada formalmente em 2018, e sua articulação com outros povos atingidos pelo desastre, da qual o Encontro de Cultura Ancestral é expressão privilegiada, aponta para a emergência de uma nova gramática política na bacia do Rio Doce, que transcende as categorias tradicionais de "vítima" e "beneficiário" e afirma os atingidos como sujeitos coletivos de direito, detentores de saberes e protagonistas de suas próprias histórias. Essa gramática, inspirada no conceito de "R-existência" cunhado por Porto-Gonçalves (2006), não se limita a reagir aos impactos do desastre, mas propõe alternativas ao próprio modelo de desenvolvimento que gerou o desastre: a agroecologia em contraposição ao agronegócio, a soberania alimentar em contraposição à mercantilização dos alimentos, a gestão comunitária dos territórios em contraposição à propriedade privada e à exploração mineral, a plurietnicidade e o interculturalismo em contraposição ao monoculturalismo e ao racismo. O encontro, nesse contexto, é um laboratório vivo de construção dessas alternativas, um espaço onde se ensaiam outras formas de relação com a natureza, com o trabalho, com o alimento, com a saúde, com a espiritualidade e com o outro.

Por fim, é importante destacar que a retomada do Encontro de Cultura Ancestral de Areal não se restringe ao âmbito local ou regional, mas se inscreve em um movimento mais amplo de retomada indígena que vem ocorrendo em todo o Brasil nas últimas décadas, em contraponto às narrativas oficiais de desaparecimento, assimilação e integração forçada. Os Borum, que os cronistas do século XVI denominaram Aimorés e os classificaram como "tapuias bárbaros", que os naturalistas do século XIX fotografaram como "primitivos" e "em extinção", que o Estado brasileiro declarou extintos em meados do século XX, estão vivos, estão em luta, estão festejando.

A lama da Samarco não enterrou sua cultura; a contaminação do rio Doce não silenciou seus cantos; a violência do capital não aniquilou sua capacidade de sonhar e de celebrar. O Encontro de Cultura Ancestral é a prova de que os Borum reexistem, e que sua reexistência passa pela reconstrução das relações com o território, com os parentes humanos e não-humanos, com as plantas e os animais, com os encantados das águas e das matas, com os ancestrais que repousam na terra e com as futuras gerações que herdarão essa terra ameaçada. A festa, nessa perspectiva, é o antídoto para a morte: não uma morte biológica, mas a morte ontológica, a morte do mundo, a morte da possibilidade de existir como povo. Enquanto houver festa, haverá Borum. Enquanto houver Borum, haverá luta

pela terra, pela água, pelo rio, pela vida. E enquanto houver essa luta, a lama e o capital não terá a última palavra.

REFERÊNCIAS

CÂMARA CASCUDO, Luís da. **História da Alimentação no Brasil**. 1. ed. digital. São Paulo: Global Editora, 2016 [1967].

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984 [1946].

COSTA, Henrique Antônio Valadares. **A ocupação holocênica no litoral norte do Espírito Santo**. 2020. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB, 2008.

EHRENREICH, Paul. **Índios Botocudos do Espírito Santo no século XIX**. Organização de Júlio Bentivoglio. Vitória: APEES, 2014 [1887].

FERREIRA, Simone Raquel Batista (coord.). **Estudo territorial da Comunidade de Areal e Santa Maria, rio Doce - Linhares (ES)**. Vitória: Observatório dos Conflitos no Campo/UFES, 2017.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. A identidade étnica botocuda da Comunidade de Areal (Linhares, ES) e a desconstrução de sua invisibilidade colonial. **Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**, v. 92/93, p. 92-107, 2019.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MARINATO, Francieli Aparecida. **Índios imperiais: os Botocudos, os militares e a colonização do Rio Doce (Espírito Santo, 1824-1845)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

NIMUENDAJÚ, Curt. Social organization and beliefs of the Botocudo of Eastern Brazil. **Southwestern Journal of Anthropology**, v. 2, p. 93-115, 1946.

OCCA – Observatório dos Conflitos no Campo. **Estudo territorial da Comunidade de Areal e Santa Maria, rio Doce - Linhares (ES)**. Vitória: UFES, 2017.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais**. 1989. Promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, Ano VIII, n. 16, p. 41-55, 2006.

PUBLICA – Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo. Watu morreu. **Pública**, 2017. Disponível em: <https://apublica.org/2017/04/watu-morreu/>. Acesso em: 29 mar. 2020.

REDE RIO DOCE MAR – RRDM. **Relatório Anual: Anexo 1 – Monitoramento ecotoxicológico dos impactos causados pela lama oriunda do rompimento da barragem de Mariana (MG) em regiões dulcícolas, estuarinas e marinhas**. Vitória: FEST, 2019a.

REDE RIO DOCE MAR – RRDM. **Relatório Anual: Anexo 3 – Análise abiótica e biótica no Ambiente Dulcícola – Discussão Integrada**. Vitória: FEST, 2019b.

SÉCULO DIÁRIO. Mais de 150 famílias ocupam fazenda que Aracruz Celulose utiliza para desviar rio Doce. **Século Diário**, 2015. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/mais-de-150-familias-ocupam-fazenda-que-aracruz-celulose-utiliza-para-desviar-o-rio-doce>. Acesso em: 12 fev. 2020.

SÉCULO DIÁRIO. 'A qualquer momento a Petrobras pode acabar com a gente', diz Dona Ilda. **Século Diário**, 2020. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/a-qualquer-momento-a-petrobras-pode-acabar-com-a-gente-diz-dona-ilda>. Acesso em: 15 out. 2024.

VARGAS, André Azoury. **Alimentação, Território e Geografia: estudo a partir da Comunidade de Areal e Santa Maria – rio Doce (Linhares-ES)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

VILLAGRAN, Ximena Suarez et al. Os primeiros povoadores do litoral norte do Espírito Santo: uma nova abordagem na arqueologia de sambaquis capixabas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, v. 13, n. 3, p. 573-596, 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. **O que nos faz pensar**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 18, p. 225-254, 2004.

VON WIED, Maximiliano Prinz. **Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817**. São Paulo: Editora Nacional, 1942.